

Uma análise do circuito monetário da moeda social Mumbuca *

Henrique Pavan Beiro de Souza †

Resumo

A moeda mumbuca é um meio circulante local da cidade de Maricá/RJ administrado pelo banco comunitário homônimo. Sua circulação se deve a benefícios sociais pagos pela prefeitura da cidade a pessoas de baixa renda que utilizam a moeda social para comprar bens e serviços no comércio local. Este trabalho teve por objetivo analisar o circuito da moeda mumbuca, utilizando como base teórica essencial duas correntes do pensamento monetário heterodoxo: os pós-keynesianos e os teóricos do circuito monetário. Em linhas gerais, as duas correntes advogam que a moeda é criada de maneira endógena na economia e não é neutra, ou seja, possui a capacidade de afetar a atividade econômica, como o nível de renda, investimento e emprego. Assim sendo, este trabalho descreve o circuito da moeda mumbuca e seus possíveis efeitos na economia da cidade. Ainda que a amostra de informações coletadas seja pequena, foi possível obter indícios de que a ação do estado na emissão monetária foi essencial para efetivar um circuito de proporções econômicas relevantes. Isso se refletiu em aumento de renda para famílias e faturamento para as empresas. Com relação às últimas, também foram verificados indicativos de redução de estoques, aumento das instalações e contratação de novos trabalhadores. Por fim, o circuito da moeda mumbuca proporcionou às comunidades e indivíduos envolvidos, maior senso de participação comunitária e confiança no próprio banco comunitário assim como na prefeitura da cidade.

Palavras-chave: moeda social, circuito monetário, desenvolvimento local.

1 Introdução

Este trabalho tem por objetivo descrever o circuito monetário da moeda social Mumbuca, criada em 2013 no município de Maricá, Rio de Janeiro. Trata-se de uma política

*Agradecimentos ao fomento recebido pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Bolsista da Capes/Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior/ Processo nº 88881.133156/2016-01. Este trabalho foi retirado e adaptado de minha tese de doutorado recém defendida na Universidade Federal do ABC (UFABC) intitulada: *Que moedas são essas?: Uma Análise sobre as possibilidades de construção de circuitos de Moedas Sociais e de suas potencialidades e desafios na reconfiguração socioeconômica de territórios.*

†Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU e Colégio Santa Cruz/SPE-mail: hpb-souza@gmail.com

pública voltada para a inclusão social e ao mesmo tempo estímulo ao desenvolvimento local, já que a moeda é criada no momento em que a prefeitura deposita o Bolsa Mumbuca nos cartões dos beneficiários. O projeto da moeda Mumbuca teve seu pontapé inicial em 2013, quando o ex-prefeito da cidade de Maricá, Washington Siqueira (conhecido como Quá Quá) fez uma visita ao Instituto Palmas de Fortaleza e idealizou a criação de um banco comunitário semelhante em Maricá, só que com o diferencial de ser apoiado pelo governo da cidade.

Com a edição da Lei Municipal n. 2.448, de 26 de Junho de 2013 - que cria as diretrizes para programas de assistência social e produtiva com base nos princípios de economia solidária - e do afluxo de renda dos *royalties* do Pré-Sal, criaram-se as bases para a implementação da Bolsa Mumbuca, que é a matriz de funcionamento do circuito monetário de mesmo nome. Basicamente, o programa consiste na concessão de benefícios sociais a pessoas cuja renda familiar seja de até um salário mínimo e que estejam cadastradas na prefeitura.

O valor do benefício principal - o Renda Básica de Cidadania - é de 130 Mumbucas, sendo 1 Mumbuca equivalente a 1 Real, e o total de pagamentos alcança um valor próximo a 2 milhões mensais. Um fator interessante é que tais benefícios são pagos em um cartão que contém créditos na moeda Mumbuca, meio de pagamento que só é aceito pelos estabelecimentos comerciais da cidade cadastrados no sistema. Na data de nossa pesquisa de campo, entre Janeiro e Maio de 2018, havia cerca de 300 comércios credenciados 16 mil famílias beneficiárias. Comparativamente, é a maior moeda social do Brasil. Isto porque conta com o apoio do poder público, o que lhe garante um alcance significativo.

Para possibilitar tal análise, propõe-se os seguintes eixos teóricos de interpretação que possibilitem a compreensão do circuito monetário da moeda Mumbuca – que coincidirão com a ordem das seções deste artigo. Primeiramente, recorreremos a uma vertente de economistas que postulam que a moeda é uma criação endógena da economia, surgida no momento em que se entra em uma relação de dívida. Os teóricos do circuito monetário (GRAZIANI, 2003; ROCHON, 2003; SMITHIN, 2013; REALFONZO, 2006; GNOS, 2006) concentram sua análise na cadeia de débitos/créditos, começando com a criação inicial de meios líquidos, continuando para as utilizações sucessivas da moeda no mercado, e terminando com sua destruição final. O próprio termo "circuito monetário" revela a origem do fato de que a teoria examina o ciclo de vida completo do dinheiro, de sua criação pelo sistema bancário, através da sua circulação no mercado, a ser reembolsado aos bancos e sua conseqüente destruição. Neste particular, também utilizamos a descrição de Schumpeter (1970, 2014) sobre o fluxo circular da vida econômica e da moeda neste contexto. Para ele, a moeda é um numerário que interliga os processos de produção e consumo do fluxo circular, algo que tem este nome porque se repete e se recria ininterruptamente na ausência de distúrbios externos e inovações disruptivas. Ademais, este mesmo numerário é responsável por contabilizar a produção gerada em determinado período. Há assim semelhanças entre a visão monetária schumpeteriana e dos teóricos do circuito.

Já na seção 3, realizaremos uma reflexão sobre moeda e desenvolvimento local, levantando os principais argumentos da teoria pós-keynesiana a este respeito. Questões como a endogenia monetária e sua não-neutralidade são pressupostos essenciais na discussão sobre moeda e seu impacto na atividade econômica (AMADO, 2006; MENEZES & CROCCO, 2009; TADA & ARAÚJO, 2011). Todavia, procuramos desvelar as especificidades de tal contribuição para o caso das moedas locais. Assim sendo, comentou-se sobre algumas possibilidades de se enxergar o desenvolvimento de um território de maneira alternativa, aproximando tal discussão de realidades circunscritas a espaços geográficos bem delimitados, como é o caso das moedas complementares. Neste sentido, procuramos analisar como as moedas de circulação restrita a uma localidade poderiam estimular a atividade de empresas locais, assim como a de indivíduos atuando nesses territórios (HELMSING, 2003; GOMEZ & HELMSING, 2008).

Na seção 4, apresentamos um panorama geral sobre os bancos comunitários de desenvolvimento e como eles se inserem na discussão maior sobre economia e finanças solidárias.

Em seguida, partimos para análise dos dados coletados em pesquisa de campo, analisando os indicadores econômicos do circuito monetário mumbuca.

À guisa de síntese, pudemos verificar que a ação do estado é decisiva no circuito mumbuca, ao garantir um número de agentes econômicos e, conseqüentemente, volume de transações consideráveis. Ao mesmo tempo, segundo dados coletados em questionários fechados destinados aos participantes da moeda mumbuca, verificamos que há um grande senso de pertencimento ao sistema, à cidade e a redes locais com a utilização da moeda. Entretanto, do ponto de vista estritamente monetário, constatamos que o circuito é demasiadamente simples já que o ciclo de vida da moeda é curto e há pouca variedade de bens e serviços transacionados (majoritariamente alimentos e itens farmacêuticos). Assim mesmo, observamos indícios de criação de “economias locais”, dado que alguns estabelecimentos aumentaram seu faturamento e criaram novos produtos e estratégias ao participarem da moeda local, assim como vários usuários mencionaram ter visto seu poder de compra aumentar com a circulação da nova moeda.

2 Endogenia monetária e fluxo moeda-crédito: algumas ideias sobre o circuito monetário

Os adeptos da teoria do circuito monetário sustentam que a moeda representa essencialmente uma relação de dívida, criada no momento em que as empresas tomam empréstimos dos bancos para iniciar seu ciclo de produção. Aquelas, por sua vez, compram os insumos que, no agregado, correspondem ao total de renda paga. Então temos a transferência do fluxo monetário para os consumidores finais. Uma vez que o serviço dos fatores de produção foi adquirido, as firmas produzem bens e os distribuem no mercado, sendo

o preço definido pelo seu grau de *mark-up*. Estes bens, por sua vez serão consumidos pelo público, que reembolsa as firmas, as quais pagam suas dívidas aos bancos. Sendo a propensão marginal a consumir menor que um, parte da poupança dos consumidores é canalizada para o mercado financeiro, que pode financiar as firmas e bancos. Assim, fecha-se o circuito (REALFONZO, 2006).

Abaixo podemos ver um organograma que representa de maneira esquemática o funcionamento do circuito monetário, contendo também o papel do Estado.

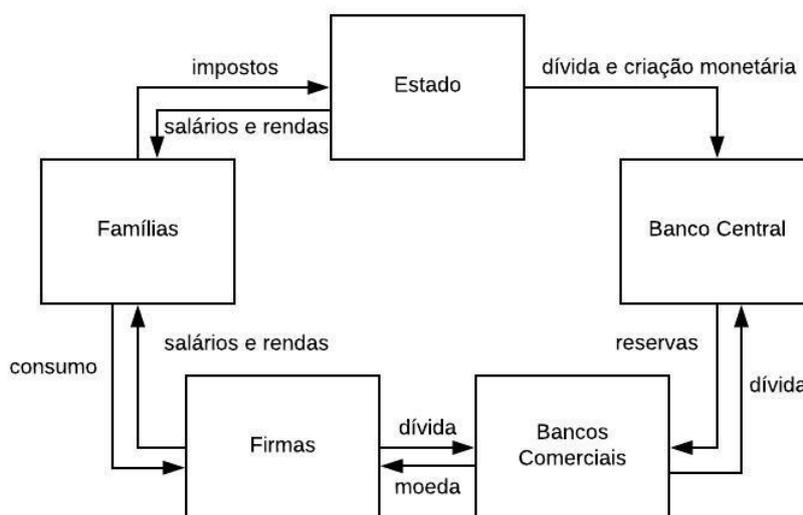


Figura 1 – Circuito monetário e a cadeia de créditos e débitos

Fonte: Elaboração própria a partir de Rochon, 2003, p. 124.

Importante, portanto, ressaltar que a moeda aqui é vista como uma criação endógena da economia ou como Rochon (2003, p. 117) afirma: “a moeda flui da dívida porque os agentes econômicos estão dispostos a entrar em uma relação de dívida ...” (tradução livre). Resulta disso que sua função principal é a de ser uma unidade de conta definida pelo Estado (WRAY, 2004; INGHAM, 2004).

De acordo com Graziani (2003, pp. 17-18), os teóricos do circuito monetário deslocam o centro da análise sobre moeda da preferência pela liquidez para o fluxo circular da moeda. Isto significa que outras teorias – como a pós-keynesiana, ao analisar a demanda por moeda, perguntam sobre suas motivações e possíveis flutuações. Ao analisar a oferta monetária, a teoria muitas vezes considera o estoque de dinheiro como resultado de decisões independentes tomadas pelas autoridades monetárias.

Já os teóricos do circuito concentram sua análise na cadeia de débitos/créditos, começando com a criação inicial de meios líquidos, continuando para as utilizações sucessivas

da moeda no mercado, e terminando com sua destruição final. O próprio termo "circuito monetário" revela a origem do fato de que a teoria examina o ciclo de vida completo do dinheiro, de sua criação pelo sistema bancário, através da sua circulação no mercado, a ser reembolsado aos bancos e sua consequente destruição. Daí a preferência por liquidez ser o resíduo do circuito e não a causa inicial das flutuações monetárias e, portanto, do nível de demanda efetiva. A manutenção de saldos ociosos pode significar muito mais do que preferência por liquidez: ao contrário, uma deficiência no fluxo circular de mercadorias com a ausência de bens e serviços disponíveis ou de oportunidades de investimento.

Em suma, Graziani afirma que:

Uma análise teórica completa deve explicar todo o itinerário seguido pela moeda, começando no momento em que o crédito é concedido, passando pela circulação da moeda no mercado e atingindo o pagamento final do empréstimo bancário inicial. O dinheiro criado pelo setor bancário e extinto quando voltar ao mesmo setor, sua existência e operação podem ser descritos como um circuito (GRAZIANI, 2003, p. 26, tradução livre).

Nersisyan e Wray (2016) e Wray (2002) integram a noção de criação endógena com a participação do Estado na efetivação do circuito monetário. Segundo eles, a ideia básica de que empréstimos criam depósitos é sustentável na medida em que a própria moeda criada é lastreada em um ativo existente a partir desta relação, um 'IOU' ('eu te devo'). Em termos contábeis, a moeda é lançada no passivo do banco (ou outro emissor) e tem como contrapartida o próprio crédito no ativo. Ademais, é importante salientar que o grande devedor de passivos monetários é o Estado: ao fixar sua autoridade ao longo do tempo e com isso cobrando taxas, impostos e outros tipos de obrigações, ele determina o meio de pagamento e a unidade de conta em questão, criando assim a moeda e seu circuito. No caso da moeda mumbuca, conforme veremos, o papel do governo local na criação do circuito e em seus impactos econômicos é fundamental e distinto dos demais casos de moedas sociais (SOUZA, 2018).

Por fim, é importante mencionar que a contribuição de Schumpeter [1970]/(2014) sobre a natureza da moeda se assemelha à dos teóricos do circuito. Ao afirmar que aquela é o laço que une a cadeia de transações do fluxo circular de bens e serviços, o economista enfatiza a centralidade da moeda na própria existência da atividade econômica. Mais que isso, ela traduz as relações entre bens em termos de um número geral e possibilita a contabilização do produto social nestes termos (MANN, 2014). Assim sendo, argumentamos aqui que a descrição de um circuito monetário deve tomar em conta seus dados quantitativos – como volume de massa monetária gerada e quais bens e serviços são transacionados, isto é, o produto social local.

3 Circuitos monetários, endogenia e capacidades produtivas locais

Resulta importante assinalar mais uma vez que as análises monetárias que têm como base teorias do circuito enfatizam a endogenia da moeda, ou seja, que sua criação e disponibilidade estão intrinsecamente relacionadas à atividade econômica. Assim sendo, uma maior quantidade de oferta de moeda-crédito possibilita maiores níveis de investimento. Em suma, a moeda não é neutra, afetando o nível de desenvolvimento e as capacidades produtivas de uma localidade (AMADO, 2006; TADA & ARAÚJO, 2011).

Autores como Menezes & Crocco (2009) e Amado (2006) afirmam que em regiões periféricas tende a haver maior entesouramento (preferência pela liquidez¹), decorrente de maiores incertezas quanto ao nível de produção, emprego e renda gerados na localidade. Assim sendo, há uma tendência à retroalimentação da desigualdade entre regiões, já que as regiões centrais oferecem um grau de risco e de assimetria de informações reduzido, o que facilita a expansão do crédito e do circuito monetário (SCHRAVEN, 2001b).

Como afirma Amado (2006):

Dada a base mais remota de informações dos projetos da periferia, os bancos do centro tendem a estender empréstimos para a periferia via projetos de empresas que têm suas sedes no centro, uma vez que, assim, a volatilidade da base de informações é menor. Contudo, isso representa dois problemas fundamentais em termos regionais: a) esses projetos, normalmente, mantêm elos mais estreitos com a economia da região central e, desta forma, apresentam maiores coeficientes de importação que projetos da própria região periférica, reduzindo, dessa forma, tanto os multiplicadores de renda quanto os multiplicadores bancários; e b) esses projetos tendem a usar com maior intensidade ativos da região central para especular e, portanto, causam vazamentos na conta de capitais que se refletem num menor multiplicador monetário. Isso posto, observamos que o favorecimento desses projetos leva a maior perda de reservas por parte do sistema bancário operante na periferia, o que amplia as vantagens comparativas dos bancos com sedes no centro. Assim, temos um sistema de retroalimentação em que a concentração bancária reforça a concentração industrial e esta reforça a concentração bancária. (AMADO, 2006, p. 152)

Destarte, tomamos como pressuposto a ideia de que as moedas sociais – além de serem instrumentos criados para fomentar a solidariedade entre agentes de um dado território,

¹Todavia, é importante lembrar que, para os teóricos do circuito monetário, a preferência pela liquidez não é necessariamente um entrave ao fluxo da moeda, dado que sua criação depende essencialmente do ímpeto de investimento dos empresários e da disponibilidade dos bancos em lhes emprestar. Por sua vez, é inadequado utilizar o termo ‘preferência pela liquidez’ em seu sentido puro quando analisamos as moedas sociais. Isto porque não é possível especular com tais moedas, já que não servem para comprar títulos que rendem juros. Entretanto, é possível que agentes em circuitos de moedas sociais fiquem com saldos líquidos durante muito tempo, mas isto geralmente acontece pela falta de opções de compra disponíveis (pouca oferta interna), dada a pequenez de tais circuitos. Para mais detalhes ver Souza (2018).

algo que será melhor desenvolvido na seção seguinte – possuem a capacidade de estimular o aproveitamento de recursos ociosos locais.

Seyfang (2004), descrevendo os impactos das moedas sociais em suas localidades, destaca que o fortalecimento dos laços da comunidade, a maior participação política e empoderamento individual estão também relacionados ao fomento de habilidades pessoais, o que significa que os associados têm alguma produção a oferecer que atualmente não é aproveitada pela economia 'regular' com sua moeda oficial. Singer (2009), seguindo o mesmo raciocínio, afirma que a comunidade e as moedas complementares poderiam criar uma rede de 'prossumidores', envolvendo todos os associados, tanto no consumo quanto na produção.

De fato, a maioria dos esquemas de moedas complementares se baseia na prestação de serviços que podem ser oferecidos por indivíduos - mesmo que coletivos e empresas também se enquadrem nesse aspecto (ZELIZER, 2011; NAKAZATO & HIRAMOTO, 2012). Do nosso ponto de vista, isso significa que há alguma capacidade ociosa nas comunidades, algo que a criação de uma moeda local pode ajudar a reduzir.

Por isso mesmo, é necessário fazer adaptações das teorias pós-keynesianas e circuitistas que estão categorizadas para a análise da economia capitalistas, com bancos e empresários na dinâmica da criação monetária endógena, para a realidade pequena e localizada das moedas locais. Neste sentido é importante diferenciar dois processos de desenvolvimento local que servem como base analítica para este trabalho. A primeira abordagem seria voltada para a escala micro territorial, denominada desenvolvimento econômico comunitário. Seus objetivos seriam promover: a) um senso de comunidade; b) auto-ajuda e capacitação; c) contribuir para a geração de (auto) emprego; (d) melhorar as condições de vida e de trabalho da população em questão; e) criar serviços públicos e comunitários. O segundo, denominado desenvolvimento empresarial, consiste no fortalecimento do processo de formação de empresas nas comunidades locais, dando origem a novos empreendimentos e integrando-os às cadeias produtivas correspondentes, seja por meio de novos investimentos de produtores locais existentes ou pela atração seletiva de empresas externas. empresas ou uma combinação de ambas (HELMSING, 2003; GOMEZ & HELMSING, 2008).

Nossa hipótese é baseada na premissa de que o circuito da moeda mumbuca (com número significativo de membros, diversidade de setores produtivos, oferta monetária circulante significativa) consegue efetivar o desenvolvimento econômico local das empresas, dado que seu circuito é alimentado por uma ação do estado, o que garante maior confiança no meio de pagamento em questão. Por outro lado, por se tratar também de uma política social com fundamentos na economia solidária – implementada, inclusive, em parceria com o banco comunitário mumbuca -, ela propicia atributos de desenvolvimento econômico comunitário, os quais se aproximam de fundamentos solidários que serão tratados na próxima seção.

4 Bancos comunitários e moedas sociais: circuitos de relações solidárias

Na maioria das análises sobre os pressupostos teóricos das moedas sociais, a ligação entre elas e os conceitos de cooperativismo e economia solidária é a mais enfatizada. Logo, a moeda social se insere na discussão mais ampla de reorganização dos recursos econômicos, especialmente ao nível local, a partir de um prisma mais solidário e equitativo. É neste ponto, também, que a discussão transcende a teoria econômica e requer apoio das demais ciências sociais humanas e sociais.

A definição de economia solidária, segundo Gaiger (2003) vem alicerçada em alguns princípios semelhantes aos da economia camponesa, sendo basicamente dois: autogestão e cooperação. Mas se queremos avançar a delimitar mais claramente o conceito, é preciso definir ainda melhor três pilares, quais sejam: i) a propriedade social dos meios de produção, isto é, o oposto à apropriação individual dos meios de produção e de seus excedentes; ii) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à coletividade dos trabalhadores de forma equânime entre eles; iii) a gestão e seu planejamento pertencem completamente a esta mesma coletividade.

Tal forma de organização implica em uma racionalidade um tanto diversa da que vemos em tradicionais empresas capitalistas. Segundo Gaiger (2003) e Gaiger et al (1999), o esforço cooperativo confere à palavra eficiência um sentido mais amplo. Como o trabalhador é o elemento central do processo produtivo, a qualidade do seu trabalho, mas também de seu bem-estar apresenta-se como um dos critérios fundamentais para avaliar seu desempenho.

Outro autor central para a definição do conceito de Economia Solidária - sobretudo para a realidade brasileira - é Paul Singer. Sua trajetória pessoal está intimamente ligada à procura de alternativas efetivas de política econômica formuladas a partir de uma perspectiva crítica ao capitalismo. Neste sentido, sua visão de economia solidária segue este caminho, no qual preocupações com a economia urbana - advindas de sua experiência no governo de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo entre 1989-1993 - e com políticas de emprego são destacadas. Não à toa que, diante do aumento do desemprego verificado após a implementação do Plano Real, Singer visualizará as experiências cooperativas como alternativas de empregabilidade para os setores mais afetados pela exclusão social (CRUZ, 2006; SINGER, 1997).

Todavia, a partir de uma questão de inclusão e desenvolvimento local, Singer passa também a apontar as características essenciais do cooperativismo, destacando seus atributos inovadores e revolucionários no que concerne não só à organização da produção, mas também a ditames éticos e políticos:

O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade

típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores.” (SINGER, 2000, p. 13)

Neste sentido, um dos pontos centrais de uma gestão solidária dos recursos econômicos reside na democratização de sua propriedade e de sua utilização.

As moedas sociais, surgem com a mesma diretiva, enquadrando-se no conceito de “finanças solidárias”. Tais instituições – que incluem bancos comunitários de desenvolvimento, cooperativas de crédito, clubes de troca, entre outros – colocam no centro de sua gestão de crédito - por assim dizer - valores como confiança, solidariedade e proximidade (FRANÇA FILHO, SILVA JR, RIGO, 2012). A lógica econômica na criação de um banco deste tipo, portanto, se curva aos imperativos de tais valores. Isto significa, que a proximidade e o senso de comunidade são questões que definem a emissão do crédito, já que o propósito é a inclusão financeira e a valorização da economia e território locais (idem). É neste sentido que divergem de instituições de microcrédito convencional, estas baseando sua operação em análises de risco de mercado, segmentando seus clientes e colocando os mais pobres em nichos mais arriscados (DIMSKY, 2007; LEYSHON & THRIFT, 1996).

Em suma, os bancos comunitários de desenvolvimento inserem-se nesta categoria. Sua criação remonta ao ano de 1998, quando moradores do Conjunto Palmeiras – conjunto residencial construído em mutirão após seus moradores terem sido deslocados da Beira Mar em Fortaleza no ano de 1973 – inauguraram o Banco Palmas. Tal trajetória de exclusão social associada a forte movimento de resistência leva à criação da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), a qual por sua vez será a pedra fundamental para a criação do banco comunitário, que iniciará fornecendo microcrédito em reais para empreendimentos no bairro e crédito em moeda social, sem juros, para consumo local (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2018). Surge assim, o modelo prototípico de um banco comunitário no Brasil que, de acordo com Neto Segundo & Magalhães (2009), apresentam as seguintes características:

- Serem criados por decisão da própria comunidade, que se torna sua gestora e proprietária.
- Atuar sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante.
- Estimular, por intermédio de suas linhas de crédito, a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território.

- Apoiar empreendimentos – feiras, lojas solidárias, centrais de comercialização etc. – como estratégia de comercialização.
- Atuar em territórios caracterizados por alto grau de exclusão e desigualdade social.
- Voltar-se para um público com alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles beneficiários de programas governamentais de políticas compensatórias.
- Fundar sua sustentabilidade financeira, no curto prazo, na obtenção de subsídios justificáveis pela utilidade social de suas práticas.

Assim, denota-se uma preocupação clara em promover o desenvolvimento territorial, a inclusão financeira e social e a articulação com as políticas públicas federais e locais.

5 Uma análise sobre o circuito da moeda Mumbuca: apontamentos metodológicos e discussão de resultados

Os dados desta pesquisa foram coletados em dois momentos: em janeiro e em maio de 2018, em visitas ao Banco Comunitário Mumbuca na cidade de Maricá, Rio de Janeiro. Nestes dias, tivemos a oportunidade de verificar o atendimento do banco aos beneficiários e aos empresários cadastrados no programa, e também de distribuir-lhes questionários, cujos resultados serão parcialmente apresentados aqui. Ao todo foram 34 respostas de beneficiários (pessoas que recebem o cartão mumbuca) e 22 de estabelecimentos comerciais que vendem seus produtos na moeda local.

Outras informações foram coletadas a partir de conversas com organizadores do projeto, tais como André Braga (ex-secretário de Economia Solidária do município), Natália Sciammarella (gestora no Banco Comunitário Mumbuca) e Joaquim Melo (fundador do Instituto Palmas que tem sido responsável pela implementação da moeda Mumbuca).

Portanto, esta pesquisa será possui caráter essencialmente qualitativo, valendo-se de triplo procedimento: entrevistas semiestruturadas com organizadores e ativistas do banco comunitário, questionários destinados a beneficiários da moeda mumbuca e às empresas que a recebem como pagamento, além da análise de alguns documentos contendo informações sobre a história do projeto, número de beneficiários e de empresas etc. Tudo isso, tendo como pré-requisito a visita e observação aos locais que foram objeto de estudo, configurando o que se conhece por pesquisa de campo. A este respeito, Lakatos e Marconi afirmam que a pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los” (LAKATOS & MARCONI, p. 186, 2003). Tais dados são, com efeito, buscados a partir de bases teóricas discutidas que permitem a construção do desenho da pesquisa, das variáveis e dos dados que se quer selecionar.

O principal desafio metodológico encontrado no percurso desta investigação foi a adequação da coleta de dados ao desenho teórico. Como já mencionado antes, o circuito de uma moeda social não funciona de maneira equivalente à moeda estatal convencional: não há bancos, empresários e trabalhadores em disputa pelos saldos monetários criados na economia. Entretanto, resta claro que há um circuito de qualquer maneira. Em outras palavras, existe um processo de criação e destruição monetária e, no meio do caminho, uma cadeia de créditos e débitos representando o fluxo da moeda. Assim, a recomendação de Graziani (2003) orientando os analistas do circuito monetário a descrever o itinerário da moeda foi levada a cabo aqui na medida do possível. Além disso, conforme já mencionado, Schumpeter [1970]/(2014) aponta a moeda como um numerário utilizado para contabilizar o produto social – por isso, houve a preocupação em demonstrar a quantidade de moeda circulante como também os setores de atividade envolvidos, tanto pela ótica da oferta como pela demanda. Por fim, as teorias monetárias heterodoxas – sendo as circuitistas e pós-keynesianas nossos principais fundamentos neste trabalho – afirmam que a moeda-crédito não é neutra e, portanto, influi na alocação do portfólio dos agentes. Em outras palavras, a criação de meios monetários em localidades com capacidade ociosa deve estimular algum nível de atividade econômica, seja ele a nível comunitário ou empresarial.

Por isso, a coleta de informações em campo procurou seguir tais premissas teóricas. Sendo assim, as entrevistas com organizadores, membros e ativistas tiveram o intuito de compreender o desenho básico do circuito, isto é, o processo de criação/destruição monetária, a quantidade de moeda criada, o número de beneficiários e o número de empresas que aceitam a moeda mumbuca. Para além disso, elaboramos questionários direcionados tanto a beneficiários quanto às empresas com perguntas fechadas, procurando captar os efeitos econômicos da circulação da moeda local. Para os beneficiários, as perguntas elaboradas procuraram desvendar em quais tipos de comércio eles gastavam seus recursos, se a criação do programa mumbuca lhes propiciou maior renda e poder de compra (e em que grau), se eles entesouravam moeda durante muito tempo e, por fim, se a participação no programa lhes deu maior autoconfiança, maior participação na comunidade e maior confiança no banco comunitário, na prefeitura e nas redes em que se inseriram.

No caso das empresas, a preocupação central era decifrar se a nova moeda permitiu aumento de seu faturamento (e, também, em que nível), estímulo a investimentos (novas instalações, novos produtos), redução do nível de estoques, maior introdução de produtos comprados em reais para serem vendidos em mumbucas e se houve contratação de novos trabalhadores a partir da renda gerada pelo meio circulante local.

A escolha pelos procedimentos metodológicos aqui mencionados – entrevistas semi-estruturadas e questionários, principalmente – se deve-se à dificuldade em se captar dados quantitativos em sistemas de moedas sociais. Há, com efeito, sistemas nos quais os registros ficam armazenados em plataformas online e é possível verificar o montante de transações, de volume monetário e até mapear a rede de intercâmbios (SOUZA, 2018).

No caso do Banco Mumbuca, não existem tais dispositivos. Os benefícios são pagos em um cartão e as famílias necessitam visitar o banco e/ou a prefeitura para o cadastro e para demais informações. Assim sendo, foi possível distribuir questionários somente nos dias de cadastro, quando vários beneficiários estavam presentes no mesmo local. Não fosse isso, a tarefa de pesquisa teria sido hercúlea: visitar as famílias presencialmente, o que levaria demasiado tempo e esforço físico.

No caso das empresas, este trabalho de visita foi efetivamente realizado pois não havia alternativa. A partir de uma lista de endereços, foram percorridos quatro bairros da cidade e obtivemos 22 respostas. Aqui outra dificuldade surgia: nem sempre os responsáveis pelas empresas estavam disponíveis para prestar informações e, em alguns casos, não queriam.

Logo, obtivemos amostras pequenas – 7% das empresas cadastradas à época, meados de 2018 – e 34 respostas de beneficiários em um universo de milhares. Isto qualifica a pesquisa muito mais como um levantamento exploratório do que uma análise definitiva. Entretanto, é o tipo de procedimento que se verifica em investigações sobre moedas sociais (HIROTA, 2017; SEYFANG, 2005; FARE & AHMED, 2018).

Iniciando com a descrição do circuito da moeda mumbuca, vale dizer que embora seja grande do ponto de vista quantitativo, é qualitativamente simples, conforme pode ser visto abaixo:

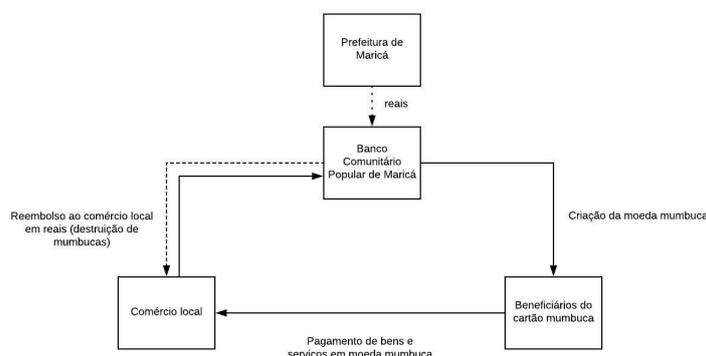


Figura 2 – Circuito da moeda Mumbuca.

Fonte: Elaboração própria.

Em suma, a criação da moeda Mumbuca parte do próprio orçamento da prefeitura no ato de pagamento dos benefícios às famílias de baixa renda. Estas direcionam o fluxo da moeda para os estabelecimentos locais na forma de consumo. Por fim, os mesmos estabelecimentos são reembolsados mensalmente em reais em troca do valor em mumbucas que receberam. Entendemos que a moeda ainda não tem uma vida plena, e que seu circuito é bastante reduzido.

Na verdade, chamá-la de moeda é por si só parcialmente correto, já que cumpre apenas a função de meio de pagamento e, de maneira reduzida, a função de reserva de valor, enquanto não tem a autonomia de uma unidade de conta já que neste ponto se baseia em reais. Entretanto, está-se implantando o aplicativo E-Dinheiro, que permitirá transações entre empresas ou de empresas para consumidores, algo que hoje é impossível. Isto diversificará as transações e dará um pouco mais de complexidade ao circuito.

Isto nos traz à questão do fluxo da moeda: 78% dos beneficiários responderam que a frequência de suas compras em mumbucas é mensal, enquanto outros 22% responderam que a utilizam semanalmente. Dada a característica de programa social da bolsa mumbuca, é natural que a maioria das pessoas gastem todo o benefício no momento em que o recebem. Entretanto, 81% dos comerciantes responderam que realizam vendas em mumbucas todas as semanas. Isto pode significar que alguns dos 78% de beneficiários programam suas compras em momentos distintos do mês e os outros 22% bastam para complementar a garantia do fluxo semanal de moeda. Tais informações são enriquecidas pelo fato de que 100% dos beneficiários responderam não ficar com estoques ociosos de meios de pagamento em seus cartões.

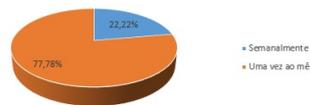


Figura 3 – Com que frequência você usa a moeda mumbuca para fazer compras (pergunta destinada aos beneficiários)? (n=34)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.



Figura 4 – Com que frequência sua empresa vende produtos em troca de mumbucas? (n = 22)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Pode-se, portanto, estimar que a moeda mumbuca apresenta elevada velocidade de circulação dado seu peso relevante no orçamento dos beneficiários. Isto indica que não apresenta de maneira relevante o atributo de reserva de valor. Pelo menos não nas configurações atuais do circuito. Entretanto, cumpre a função de numerário schumpeteriano ao unir uma sequência de transações com frequência e escala relevantes e possibilita a

contabilidade deste circuito. Sendo assim, adianta-se que este alto potencial de circulação terá impactos importantes na economia local.

Do ponto de vista socioeconômico, o circuito da moeda mumbuca apresenta características particulares. Em primeiro lugar, porque se trata de uma política social apoiada no banco comunitário da cidade de Maricá. Isto significa que há a focalização de um público excluído socialmente, que é quem recebe os benefícios. Logo, trata-se um circuito de economia popular com um perfil bem definido de demanda por bens e serviços: itens de primeira necessidade como alimentos e remédios são os mais procurados, o que acabou levando esse tipo de comércio a aderir majoritariamente ao cartão mumbuca. Em segundo lugar, porque é da própria essência dos bancos comunitários - mesmo os que não possuem apoio do poder público - a inclusão social e financeira de pessoas marginalizadas no circuito econômico e financeiro “oficial”.

Assim sendo, os resultados da pesquisa socioeconômica sobre a mumbuca demonstram que:

a) Beneficiários:

- 82,4% são mulheres;
- 29,4% possuem ensino primário, 44,1% possuem ensino fundamental e apenas 17,6% declaram ter completado o ensino médio. Duas pessoas marcaram a opção “ensino técnico” e uma “pós-graduação”;
- 39,4% encontram-se desempregados, 27,3% são donos(as) de casa, 15,2% aposentados e apenas 18,2% declaram ter algum tipo de vínculo empregatício ou exercer atividade autônoma;
- Em termos de rendimento mensal, 50% responderam receber até meio salário mínimo, enquanto 46,9% alegaram ter entre meio e 1 salário mínimo de rendimento. Uma pessoa alegou receber mais de um salário mínimo;

b) Empresas:

- 61,9% das pessoas que responderam o questionário em nome das empresas são do sexo masculino e o restante do sexo feminino.
- 52,6% declararam ter curso superior, 31,6% ensino médio, 10,5% ensino fundamental e apenas uma pessoa era pós-graduada;
- 55% das empresas que responderam ao possuem faturamento de até R\$360 mil, enquadrando-se na categoria de microempresas. 25% situam-se na categoria de Microempreendedor Individual (MEI) e 20% inserem-se na categoria de empresas de pequeno porte cujo faturamento localiza-se entre R\$360 mil e R\$3,6 milhões;

- 75% das empresas empregam menos de 9 trabalhadores, enquanto apenas 25% escolheram a alternativa “entre 10 e 49 trabalhadores.”

Alguns desses dados merecem algumas observações. Primeiramente, é patente a relação existente entre gênero e exclusão social, com o reforço da ideia da mãe como a cuidadora do lar ao “gerir” a renda recebida pelo benefício social (PASSOS e WALTENBERG, 2016). Por outro lado, de maneira semelhante ao Bolsa Família, o programa pode propiciar empoderamento e algum grau de independência financeira às mulheres² (BARTHOLO, PASSOS e FONTOURA, 2017).

Quando se olha para o questionário das empresas, salta aos olhos a quantidade muito maior de homens - praticamente todos os que responderam o questionário exerciam algum cargo de gerência ou eram diretamente os proprietários -, assim como a diferença em grau de escolarização. Em segundo lugar, a pesquisa confirma que o benefício chega realmente a quem precisa dele. O número de desempregados e donos de casa é realmente notável, ao mesmo tempo em que o grau de escolarização destas pessoas se correlaciona com esta carestia social e econômica.

Por fim, ao ser um benefício para pessoas de baixa renda, o cartão mumbuca ativa o circuito inferior da economia - onde se encontram atividades e serviços intensivos em mão-de-obra com pouca organização técnico-científica, com predomínio do comércio varejista popular e onde a população tem poucas condições de acumulação de capital, vivendo em instabilidade no mercado de trabalho (SANTOS, 1979). Com efeito, a grande maioria das empresas situa-se nas categorias de MEI ou microempresas. Mais que isso, há uma grande concentração tanto da oferta como da demanda em itens alimentícios, farmácia e perfumaria e “serviços”³ de limpeza e educação, como podemos ver nas tabelas abaixo que trazem uma radiografia da oferta e da demanda dos bens/serviços que mais aparecem na rede mumbuca.

Ainda que seja um circuito qualitativamente pequeno e concentrado em setores do comércio popular com consumidores de baixa renda, os dados do questionário indicaram alguns efeitos econômicos que podem ser mencionados. Em se tratando dos beneficiários, 21% deles afirmaram que seu poder de compra aumentou em mais de 40% e cerca de 72% perceberam aumento de renda inferior a essa cifra. O resultado é esperado, já que se trata de um público com baixa renda e elevada propensão média ao consumo.

Com relação às empresas, os dados compilados registram que 85% responderam que seu faturamento aumentou entre 10% e 30%, enquanto que 24% contrataram novos trabalhadores a partir da circulação da moeda mumbuca. Isto não só é absolutamente raro em

²Veremos indicações disso mais adiante.

³Entendemos a palavra “serviços” como um erro no questionário. Como nos circuitos de moedas locais baseadas na comunidade, os serviços de educação, consultoria, limpeza têm um papel importante, acabamos mantendo esta opção no questionário da moeda mumbuca. Entretanto, ao acompanharmos tanto os beneficiários quanto os responsáveis pelas empresas nas respostas, pudemos perceber que as pessoas entenderam “serviços de educação” ou “serviços de limpeza” como materiais escolares e de limpeza, respectivamente.

Setores	Quantidade (demanda dos beneficiários)	%	Quantidade (oferta das empresas)	%
Itens alimentícios	30	90,9%	7	22%
Refeições em restaurantes			1	3%
Serviços de reparo para o lar	2	6,1%	1	3%
Estética e beleza	1	3,0%	2	6%
Serviços de educação	4	12,1%	3	9%
Serviços de limpeza	6	18,2%	3	9%
Farmácia e perfumaria	24	72,7%	9	28%
Calçados e vestuário			1	3%
Material de construção			1	3%
Lazer e recreação			1	3%
Outros	3	9,1%	3	9%
Respostas	33	100,0%	32	100%

Figura 5 – Bens e serviços demandados pelos beneficiários e ofertados por empresas na moeda social Mumbuca (até 3 opções de resposta)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário.

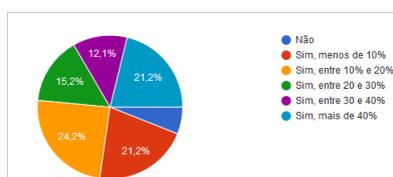


Figura 6 – Você pôde perceber um aumento em seu poder de compra após a entrada da moeda mumbuca em cena? (n = 33)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário.

se tratando de moedas locais, como também reforça teorias de que a moeda não é neutra, ou seja, ela pode influir na decisão dos agentes econômicos em aumentar seus dispêndios e aumentar o nível de produto, renda e emprego (AMADO, 2006; TADA & ARAÚJO, 2011; MENEZES e CROCCO, 2009).

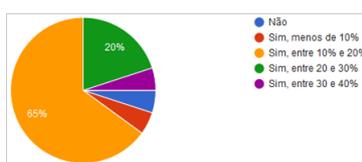


Figura 7 – Você pôde perceber um aumento em seu faturamento/vendas após a entrada da moeda Mumbuca em cena? (n = 20)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário.

Fica patente, portanto, que o fato de ser um meio circulante restrito à localidade – garantido pelo governo local e com uma cifra de cerca de 24 milhões de reais/mumbucas

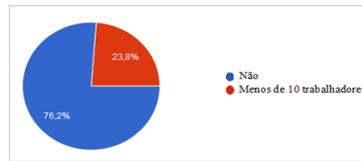


Figura 8 – A circulação da moeda mumbuca te possibilitou contratar novos trabalhadores? (n = 21)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário.

por ano – influi no desenvolvimento de empresas, conforme assinalado por Helmsing (2003) e Gomez & Helsing (2008). Na Figura 9, podemos ver que uma parte das empresas aumentou seu investimento em produção e em instalações, passou a deslocar suas vendas para o circuito da moeda local (atividade de revenda) e reduziu seus estoques.

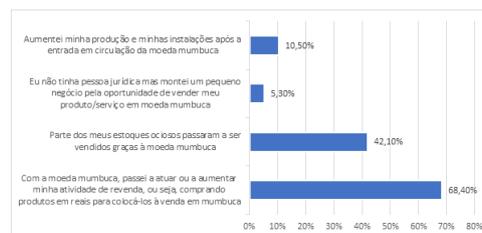


Figura 9 – Criação de economias locais no sistema mumbuca (n = 19)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário.

Em suma, tais efeitos econômicos confirmam a importância de uma política pública voltada para o desenvolvimento local e, mais que isso, atestam a validade teórica de que uma emissão monetária local pode estimular as atividades econômicas da região.

Com relação aos aspectos relacionados ao desenvolvimento comunitário (maior participação nas redes locais, maior senso de felicidade e autoconfiança, maior confiança no banco comunitário e na prefeitura) vemos que mais de 60% dos beneficiários responderam ter aumentado sua confiança na prefeitura após seu ingresso no Programa Mumbuca. Ao mesmo tempo, 21% responderam ter maior confiança no banco comunitário e cerca de 18% demonstraram ter aumentado sua participação em grupos e redes.

Para as empresas, optamos por não fazer a mesma questão, dado que vários dos atributos de desenvolvimento comunitário restringem-se a nível individual e familiar.

Assim sendo, o levantamento feito até aqui não permite tirar conclusões generalistas sobre todo o circuito da moeda mumbuca. Entretanto, os indícios coletados indicam que

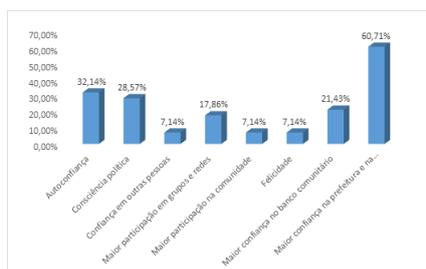


Figura 10 – Marque, no máximo, três sentimentos/valores que surgiram ou se reforçaram a partir de sua participação na moeda mumbuca (n = 33)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário.

ele possui características muito bem definidas, com um emissor monetário institucionalmente forte e legítimo: o próprio governo. Isto pode explicar por que houve um aumento da atividade econômica local, já que a ação estatal garante uma maior aceitação da moeda, conforme já descrevemos neste artigo. Ao mesmo tempo, é possível dizer que se trata não somente de um circuito que possibilita o desenvolvimento econômico local *strictu sensu* – isto é, com o estímulo ao aumento da atividade empresarial (com reflexo em maior escoamento de estoques, investimentos, maior faturamento e contratação de trabalhadores) e com maior geração de renda para os beneficiários, ativando maior consumo endógeno -, como também propicia características de desenvolvimento comunitário, fortalecendo a participação de indivíduos e famílias na vida social e política da localidade, com maior empoderamento individual..

6 Considerações finais

O caso da moeda mumbuca apresenta uma peculiaridade em relação à maioria dos casos de moedas sociais do mundo: trata-se de uma moeda criada e garantida pela prefeitura da cidade de Maricá. Neste sentido, sua efetividade confirma a validade das teorias do circuito analisadas neste trabalho: o Estado, em geral, é o emissor monetário por excelência – mesmo que neste caso seja uma instância subnacional. Seu poder de organização, de implementação e de cobrança de impostos faz com que ele efetive o meio de pagamento e a unidade de conta que será aceita em sua jurisdição. Evidentemente, a moeda mumbuca está em processo de desenvolvimento e, por isso mesmo, seu ciclo de vida é curto: de consumidores para empresas e daí para a prefeitura, quando ela é destruída.

Há, segundo os organizadores envolvidos, perspectivas de aumentar esta circulação, permitindo que as empresas transacionem entre si e, futuramente, propiciando a cobrança de impostos municipais e parte do pagamento de funcionários públicos em moeda local. Isto daria à moeda uma vida ainda mais oxigenada. Mesmo assim, a mera presença do estado faz a moeda atingir 16 mil famílias e cerca de 300 empresas.

É verdade que, por ser uma política social para pessoas de baixa renda, a maior parte do circuito contém demandas e ofertas de produtos de necessidade básica. Mas o anteparo da autoridade pública garante confiança e aceitação, fazendo com que a moeda circule sem interrupções ao longo do circuito. Isto é de veras importante quando se compara com outros esquemas de moedas locais nos quais a circulação é frequentemente interrompida e irregular (SOUZA, 2018). Ademais, o caso da moeda mumbuca também é paradigmático em termos de impactos no desenvolvimento local.

Do lado das empresas, apenas cerca de 5% afirmaram não ter percebido algum aumento de faturamento após a circulação da moeda mumbuca. Além disso, 42,10% passaram a ter seus estoques ociosos escoados e 68,40% afirmaram colocar à venda no circuito produtos adquiridos em reais. Agora, o fato mais impactante é que 24% das empresas afirmaram ter contratado ao menos mais um trabalhador em decorrência da circulação da moeda mumbuca. No caso dos beneficiários, os ganhos são semelhantes aos de políticas sociais como o Bolsa-Família: pessoas desempregadas, com renda inferior a um salário mínimo (muitas vivem com menos de meio salário), garantem sua subsistência com o benefício e ajudam a estimular o comércio local. Além disso, a maioria das beneficiárias são do sexo feminino, o que aumenta a participação das mulheres na economia e na vida social da cidade.

Ao mesmo tempo, o sistema mumbuca também apresenta resultados do ponto de vista do desenvolvimento comunitário: há uma maior participação das pessoas na dinâmica da cidade, sobretudo quando se trata dos envolvidos no circuito monetário. Ademais, as relações de confiança entre participantes, prefeitura e banco comunitário também demonstram fortalecimento.

Mas são seus resultados monetários e econômicos os que mais chamam a atenção quando comparados a outros. Se outras experiências proliferarem nesses moldes, será possível esperar um retorno mais substantivo do pluralismo monetário, ou seja, da proliferação de moedas complementares em diversos níveis territoriais e com múltiplos circuitos de relações sociais, desde os mais comunitários aos mais impessoais.

Por fim, é importante ressaltar que esta pesquisa foi limitada por motivos físicos de difícil transposição. Conseguir uma amostra maior de respostas nos questionários exigiria um maior número de pesquisadores, durante um período de tempo maior do que nos estava disponível. Assim sendo, as afirmações aqui assinaladas referem-se a um universo amostral pequeno. Entretanto, acredita-se que esta pesquisa contribui para indicar os caminhos e as potencialidades de tais esquemas monetários além de delinear futuras agendas de investigação no tema.

7 Referências bibliográficas

AMADO, Adriana Moreira. **Impactos Regionais Do Processo De Reestruturação Bancária no Início Dos Anos 1990**. In: CROCCO, Marco & JAYME JR. Frederico G. (Org.) *Moeda E Território: Uma Interpretação Da Dinâmica Regional Brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BARTHOLO, L; PASSOS, L; FONTOURA, N. **Bolsa Família e Relações de Gênero: o que indicam as Pesquisas Nacionais**. Brasília. Editora: IPEA. 2017.

CRUZ, A.C.M. **A Diferença da Igualdade: A Dinâmica da Economia Solidária em quatro cidades do Mercosul**. 2006. 343 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas SP. 2006.

DYMSKI, Gary. Exclusão e Eficiência: a transformação global do *Core Banking*, Um estudo de caso do Brasil. In Paula. L.F. and Oreiro, J. L. (ed.) **Sistema Financeiro**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier. 2007. P. 255 a 283.

FARE, M; AHMED, P. O. **Why are complementary currency systems difficult to grasp within conventional economics?** *Revue Interventions économiques*. [Online]. N.º 59. 2018. P. 1 a 20.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SILVA Jr; Jeová Torres; RIGO, Ariádne Scalfoni. **Solidarity Finance Through Community Development Banks as a Strategy for Reshaping Local Economies: Lessons from Banco Palmas**. *Revista de Administração*. São Paulo. Vol. 47. N.º 3. P. 500 a 515. jul./ago./set. 2012.

GAIGER, Luiz Inácio. et al. **A Economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas**. *Cadernos CEDOPE n.º 15 (Série Movimentos Sociais e Cultura)*, 1999.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A Economia solidária diante do Modo de produção capitalista**. *Caderno CRH*. Salvador. N.º 39. jul./dez. 2003, p. 181-211.

GOMEZ, Georgina; HELMSING, A. H. J. **Selective Spatial Closure and Local Economic Development: What do we learn from the Argentine local currency systems?** *World Development*, Vol. 36. N.º 11. 2008, p. 2489-2511.

GNOS, C. French circuit theory. In: ARESTIS, Phillips; SAWYER, Malcolm (org). **A Handbook of Alternative Monetary Economics**. Cheltenham. UK. Northampton USA. 2006, p. 87-104.

GRAZIANI, A. **The Monetary Theory of Production**. New York: Cambridge University Press, 2003.

HELMSING, A. H. J. **Local Economic Development: New Generations of Actors, Policies and Instruments for Africa**. *Public Administration and Development*. 23(1). 2003, p. 67-76.

HIROTA, Y. **Monedas Sociales y Complementarias (MSCs): Sus Valores Socioeconómicos Para Distintos Stakeholders**. 2017. 388 f. Tese (Doutorado em Economia

Social). Institut Universitari d'Investigació em Economia Social, Cooperativisme i Emprenedoria. Universidade de Valência. Valência. 2017.

INGHAM, Geoffrey. **Money is a social relation**. Review of Social Economy, vol. 54, n. 4, 1996 p. 507-529.

INGHAM, Geoffrey. **The Nature of Money**. Cambridge: Polity Press, 2004.

INSTITUTO PALMAS. **Manifesto Banco Palmas 20 anos**. Disponível em <http://www.institutobancopalmas.org/>. Acesso em Set 2019.

KNAPP, G.F., [1924]1973. **The State Theory of Money**, Clifton, NY: Augustus M. Kelley, 1973.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEYSHON, Andrew; THRIFT, Nigel. **Financial Exclusion and The Shifting Boundaries of The Financial System**. *Environment and Planning*. A 28(7). 1996, p. 1150 - 1156.

MANN, F. K. Orientation. In: SCHUMPETER, Joseph Alois. **Treatise on money**. Aalten, NL: Wordbridge publishing, [1970] 2014.

MARICÁ, **Lei Municipal n. 2.448**, de 26 de Junho de 2013. Disponível em <http://www.institutobancopalmas.org/lei-moeda-social-mumbuca-marica-rj/>, acesso em 28/04/2018.

MELO, Joaquim. **Um Programa de Distribuição de Renda pago em Moeda Social**, Folha de São Paulo, 11/03/2014.

MENEZES, Melissa Silva; CROCCO, Marco Aurélio. **Sistemas de Moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES**. Economia e Sociedade. Campinas. Vol. 18. N.º 2. (36). 2009. P. 371 a 398.

NAKAZATO, H; HIRAMOTO, T. **An Empirical Study of The Social Effects of Community Currencies**. International Journal of Community Currency Research. Vol. 16. P. 124 a 130. 2012.

NERSISYAN, Y; WRAY, L. R. **Modern Money Theory and The Facts of Experience**. Cambridge Journal of Economics. N. 40. P. 1297 a 1316. 2016.

PASSOS, Luana; WALTENBERG, Fábio. **Bolsa família e assimetrias de gênero: reforço ou mitigação?** Rev. bras. estud. popul. [online]. 2016. Vol. 33. N.º 3. P. 517 a 539.

Prefeitura de Maricá. Prefeitura cria Fundo Soberano para garantir futuro pós royalties. Prefeitura de Maricá: online.

Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2018/01/17/prefeitura-cria-fundo-soberano-para-garantir-futuro-pos-royalties/>. Acesso em: 28/04/2018.

REALFONZO, R. **French circuit theory**. In: ARESTIS, Phillips; SAWYER, Mal-

colm (org). *A Handbook of alternative monetary economics*. Cheltenham, UK, Northampton USA, pp. 105-120, 2006.

ROCHON, Louis-Philippe. On money and endogenous money: post-keynesian and circulation approaches. In: ROCHON, L.P.;ROSSI, S. **Modern theories of money: the nature and role of money in capitalist economies**. Northampton: Elgar, 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro. Editora: Francisco Alves. 1979.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHRAVEN, J. **The Economics of Community Currencies: A Theoretical Perspective**. Unpublished Honours Thesis-Oxford University, 2001b. Disponível em: <www.jorim.nl/economicscommunitycurrencies.html>. Acesso: 10 set. 2014.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Treatise on money**. Aalten, NL: Wordbridge publishing, [1970] 2014.

SEYFANG, Gill. **Community Currencies and Social Inclusion: A Critical Evaluation**. CSERGE Working Paper. EDM 05 a 09, 2005.

SEYFANG, G. **Time banks: Rewarding Community Self-Help in the Inner City?** Community Development Journal. Vol. 39 N.º 1. P. 62 a 71. January 2004.

SINGER, Paul. **Economia Solidária: Geração de Renda e Alternativa ao Liberalismo**. In: Revista Proposta. Ano 26. N.º 72. SP. Editora: FASE. 1997.

SINGER, Paul. **Economia Solidária: Um Modo de Produção e de Distribuição**. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. Et al. *Economia Solidária No Brasil: A Autogestão Como Resposta Ao Desemprego*. São Paulo: Contexto. 2000.

SINGER, P. **Finanças Solidárias e Moeda Social**. In: FELTRIM, L. E; VENTURA, E. C. F; DODL, A. V. B. (Coord.). *Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

SMITHIN, John. **Credit Creation, The Monetary Circuit and the Formal Validity of Money**. In: ROCHON, Louis-Philippe; SCARECCIA, Mario (org). *Monetary Economies of Production: Banking and Financial Circuits and the Role of the State*. Northampton, USA. Editora: Edward Elgar. 2013.

SOUZA, Henrique Pavan Beiro de. **Que moedas são essas?: Uma Análise sobre as possibilidades de construção de circuitos de moedas sociais e de suas potencialidades e desafios na reconfiguração socioeconômica de territórios**. 2018. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2018.

TADA, G; ARAUJO, E. C. **Crédito, Moeda e Desenvolvimento Regional à Luz da Teoria Pós-Keynesiana da Não-Neutralidade da Moeda**. In: XIV Encontro De

Economia Da Região Sul ANPEC Sul. 2011. Florianópolis - Santa Catarina. Anais do XIV Encontro De Economia Da Região Sul ANPEC Sul. 2011.

WRAY, L. R. **State Money**. International Journal of Political Economy. Vol. 32. N.º 3, P. 23 a 40. 2002.

WRAY, L. R. **Conclusion: The Credit Money and State Money Approaches**. In WRAY, L. Randall. Credit and State Theories of Money: the contributions of A. Mitchell Innes. Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2004.

ZELIZER, V.A. **Economic lives: how culture shapes the economy**. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

An Analysis of the Mumbuca Social Currency Monetary Circuit

Abstract

Mumbuca currency is a local circulating medium of the city of Maricá (State of Rio de Janeiro, Brazil) managed by the community bank that bears the same name. Its circulation is due to social benefits paid by the city government to low-income people who use social currency to buy goods and services in local businesses. This paper aimed to analyze the Mumbuca currency circuit, using as theoretical basis two streams of heterodox monetary thought: the post-Keynesian and the monetary circuit theorists. Broadly speaking, both currents argue that money is created endogenously in the economy and is not neutral, ie, it has the ability to affect economic activity, such as income,

Keywords: social currency, monetary circuit, local development.

Recebido em 09 de janeiro de 2019.

Aceito para publicação em 12 de setembro de 2019.